

📅 8 E 9 • JULHO 📍 BRASÍLIA/DF

PROF.
JORGE
ULYSSES
JACOBY

PROF.
IGOR
PINHEIRO

GESTÃO PÚBLICA

EM ANO ELEITORAL

TEORIA + PRÁTICA

 INSTITUTO
Brasil
Planeja



A gestão pública vive um cenário de fiscalização intensa, normas rigorosas e responsabilizações cada vez mais frequentes — especialmente em anos eleitorais. Nesse contexto, atuar com segurança jurídica, domínio dos ritos sancionadores e capacidade de defesa técnica deixou de ser diferencial: é necessidade.

Este curso foi estruturado para oferecer domínio prático dos dois principais sistemas sancionadores da atualidade:

✓ **Direito Eleitoral Sancionador — com foco no ano eleitoral Prof. Igor Pinheiro)**

✓ **Direito Administrativo Sancionador — com foco no compliance e prevenção de ilícitos pelos agentes públicos em geral em período eleitoral ((Professor Jacoby Fernandes)**

Voltado para gestores, servidores públicos, membros de comissões disciplinares, unidades de controle interno, assessorias jurídicas, Advogados, procuradores, auditores, consultores e profissionais do setor privado (incluindo pré-candidatos), o curso entrega:

- Análise jurídica atualizada das leis, súmulas e decisões recentes de STF, STJ e TSE;
 - Diretrizes de prevenção e enfrentamento de sanções;
 - Apresentação do compliance anticorrupção;
 - Estratégias para evitar nulidades e responsabilizações indevidas;
 - Ferramentas e modelos para aplicação imediata no órgão.
-
- Capacitar procuradores e controladores a identificar erros grosseiros recorrentes e desenvolver, em sua função de apoio e auxílio à fiscalização, estratégias práticas para evitá-los ou mitigá-los - fundamento art. 28 da LINDB e no Decreto nº 9.830/2019;
 - Promover o uso da inteligência artificial como ferramenta de apoio à decisão, análise de riscos e produção de evidências técnicas para proteção da atuação do fiscal;
 - Estimular o diálogo entre fiscais, gestores, controladores e assessorias jurídicas para uma atuação colaborativa e fundamentada;
 - Contribuir para o fortalecimento da cultura de integridade, da responsabilização justa e da valorização do interesse público nos contratos administrativos.



Conteúdo Programático



1º DIA

MÓDULO I — Direito Eleitoral Sancionador na Prática

Conteúdo:

- Visão Geral do Ano Eleitoral: Permissões e Vedações aos Agentes Públicos e Pré-Candidatos em Geral
- Papel das instituições eleitorais e estrutura do Direito Eleitoral Sancionador
- Ilícitos Eleitorais em Geral: Aspectos Cíveis e Criminais
- Particularidades do Regime Sancionador Eleitoral e Diligências Práticas de Boa Governança Indispensáveis
- Abuso de Poder e Condutas Vedadas aos Agentes Públicos em Ano Eleitoral e Abuso de Poder: Estudo de casos concretos e jurisprudência do STF, STJ e TSE.
- Procedimentos Investigatórios do Ministério Público: Normas Aplicáveis e Jurisprudência dos Tribunais Superiores.
- Novas Resoluções do TSE para as Eleições 2026
- Restrições da LRF
- Regras da LDO aplicadas ao período eleitoral

Resultados esperados:

- ✓ Prevenir irregularidades administrativas em anos eleitorais
- ✓ Capacitação teoria e prática para permitir maior segurança jurídica nas decisões administrativas e, com isso, evitar responsabilizações
- ✓ Aplicar as Resoluções e a Jurisprudência recente do TSE com estratégia



2º DIA

MÓDULO II — Direito Administrativo Sancionador e Defesa do Agente Público (Prof. Jacoby Fernandes)

Conteúdo:

Tipos de processo sancionador

- Processos disciplinares
- Sanções a servidores, contratados e terceirizados
- Responsabilidade solidária e seus limites

Diretrizes e erros mais comuns

- Dez erros que anulam processos
- Citação, provas, revelia e defensor dativo
- Nulidades processuais mais frequentes
- Prescrição e perda da eficácia punitiva
- Apuração e cálculo do dano ao erário

Peça acusatória e prazos

- Requisitos formais e substanciais
- Fases e prazos de cada rito

Sanções em contratos administrativos

- Advertência, multa, impedimento e inidoneidade
- Limite legal das multas (lucro da planilha)
- Direito de reabilitação
- Responsabilidade do fiscal e do gestor
- Apoio jurídico e pareceres técnicos

A atuação do advogado na defesa

- Garantias profissionais
- Aplicação do art. 10 da Lei nº 14.133/2021
- Defesa técnica conforme teoria germânica
- Jurisprudência do STF sobre responsabilização

Resultados esperados:

- ✓ Conduzir processos sancionadores regulares e eficientes
- ✓ Aplicar sanções sem risco de nulidade
- ✓ Defender servidores e contratados com segurança
- ✓ Evitar responsabilizações pessoais indevidas

Igor Pereira Pinheiro



Promotor de Justiça e Coordenador Eleitoral do MPCE. Doutorando, Mestre e Especialista em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa. Está entre os protagonistas na valorização da instituição do Ministério Público. Orienta em harmonia com o ideário que adotou como vida. 4

Jacoby Fernandes



Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, Advogado e professor de direito administrativo. É consultor, escritor, conferencista e palestrante com renome nacional e internacional, além de fundador do escritório Jacoby Fernandes & Reolon Advogados Associados. Atuou em diversas funções públicas, como Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Procurador e Procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do DF, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região e Administrador Postal da ECT. Também é Membro Benemérito do Instituto Amazonense do Direito Administrativo – IADA e do Instituto de Direito Administrativo de Mato Grosso do Sul - IDAMS e consultor cadastrado no Banco Mundial.



Investimento

Matrícula Presencial por Apenas R\$ 4.100!
(POR INSCRIÇÃO)

 **Bonificação Exclusiva:**

A cada **5 matrículas** pagas, você recebe **1 (uma)** cortesia – e essa vantagem se aplica repetidamente ao longo das matrículas realizadas!

 **Exemplo prático:**

5 matrículas pagas: 1 cortesia.
10 matrículas pagas: 2 cortesias.

ESTÃO INCLUSOS NESSE VALOR

- 03 Almoços e 06 Coffee Breaks;
- Material Didático com conteúdo exclusivo;
- Certificado Geral com carga horária de 21 horas;



FORMAS DE PAGAMENTO

**O pagamento da inscrição deverá ser efetuado
para o Instituto Brasil Planeja – CNPJ
56.122.580/0001-44**

O envio da Nota de Empenho/Ordem de Serviço ou Autorização de Fornecimento, com posterior pagamento na conta bancárias indicada abaixo:

208 - BTG PACTUAL S.A.
Agência: 0050
Cc 588756-1
CNPJ: 56.122.580/0001-44

Local do Evento



HPLUS VISION EXECUTIVE

SHN Q. 1 - Asa Norte, Brasília - DF, 70701-000

Horário: das 9h às 18h (com intervalos)

ALGUNS ÓRGÃOS E EMPRESAS QUE CONFIAM EM NOSSA METODOLOGIA.



(61) 9 9455-4004

EDIFÍCIO FUSION WORK LIFE -
SHN Q 01, Bloco D, Sala 406 - Asa Norte, Brasília - DF
CEP: 70701-040

contato@brasilplaneja.com.br